

Texto 04: Possibilidades e Desafios do SCFV nos 20 Anos do SUAS.

Neste 4º texto chegamos à reta final deste nosso movimento de analisar o SCFV e o Direito à Convivência no SUAS. Esta com certeza não é uma tarefa fácil. Para concluir este caminho que vimos trilhando, a nossa proposta é deixar apontadas uma série de questões que, incidindo sobre a vida na sociedade e sobre nossas ações no campo da política pública, precisam ser colocadas “ao sol” para que possam ser percebidas, refletidas e tratadas.



Figura 1 – Fonte Google.

O varal aqui é utilizado como uma narrativa visual, a consideramos uma poderosa narrativa, dada a simplicidade e presença dela em nosso cotidiano. No varal, as roupas são estendidas geralmente uma a uma, lado a lado, após passarem por um processo de trabalho de cuidados sobre elas, este, no Brasil, via de regra realizado por mulheres.

No varal cada peça poderia contar uma história, sobre a quem pertence, quem a usou, sobre o contexto de uso. O varal como metáfora pode representar uma forma de exposição, de exibição pública de aspectos da vida. A imagem utilizada neste texto evoca a ideia de colocar “sua

vida ao sol", tornando pública algumas questões sobre o SCFV vivido e experienciado nos diferentes territórios no Brasil e do estado de Pernambuco. .

Neste texto, nos voltamos para:

- ⇒ Os desafios contemporâneos do SCFV;
- ⇒ Para articulação do SCFV em rede;
- ⇒ Para as questões relacionadas à referência e contrarreferência;
- ⇒ E para a importância e o papel do controle social e fortalecimento da política pública.

Se, no segundo texto, a nossa fonte principal foi o material utilizado no Apoio Técnico aos Municípios desenvolvido pela gerência de Proteção Social Básica do governo do estado de Pernambuco, neste, apresentaremos uma síntese dos resultados obtidos a partir Consultoria demandada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pela Coordenação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (CGSCFV) / Departamento de Proteção Social Básica (DPSB)/Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

A pesquisa teve a finalidade de realização de estudo sobre os Centros de Convivência governamentais e não governamentais que executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no país, com o objetivo de propor diretrizes técnicas e normativas para a sua caracterização como equipamento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Este estudo foi realizado ao longo do ano de 2025 e teve como referência *"olhar"* os processos de implementação dos Centros, governamentais ou não governamentais, que executam o SCFV nas cinco regiões do país.

Podemos dizer que ao analisarmos uma determinada política é muito importante considerar a historicidade dos aspectos, a conjuntura social e política daquele *"retrato"* sobre os processos de implementação.

Ao analisar os desafios postos para o SCFV a partir de uma fotografia do ano de 2025, é importante considerarmos o contexto da Conferência de Assistência Social. O tema Conferência foi *"20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência"*. A conjuntura vivenciada nos últimos anos não foi fácil, sobretudo em decorrência da tentativa de desmonte da política da assistência social, com impactos marcantes entre os anos de 2016 e 2022.

Ao considerarmos o período em tela, constatamos o aumento do desemprego, da fome e outros agravos relacionados às condições de pobreza e vulnerabilidade social, os quais se intensificaram com a Pandemia da Covid-19. Uma realidade de difícil superação, embora nos últimos 3 (três) anos, tenha-se constatado o esforço no Brasil na retomada da agenda da política da assistência como uma das prioridades urgentes, mas, ainda, aquém do que demanda a realidade.

A conferência, tendo como base uma avaliação do implementado no II Plano Decenal da Assistência Social (2016-2026), constrói, a partir da experiência e desejo, as bases do será o III Plano Decenal, orientador para os próximos 10 anos do SUAS no Brasil.

No contexto da Conferência, nos deparamos com o fato de que este tempo é um tempo de mudança, um tempo em que o mar da história está revolto, e, por isto, demanda de nós mais fôlego, habilidades e coragem para a navegação. Em mares revoltos não deve haver espaço para a desesperança, é preciso esperar.

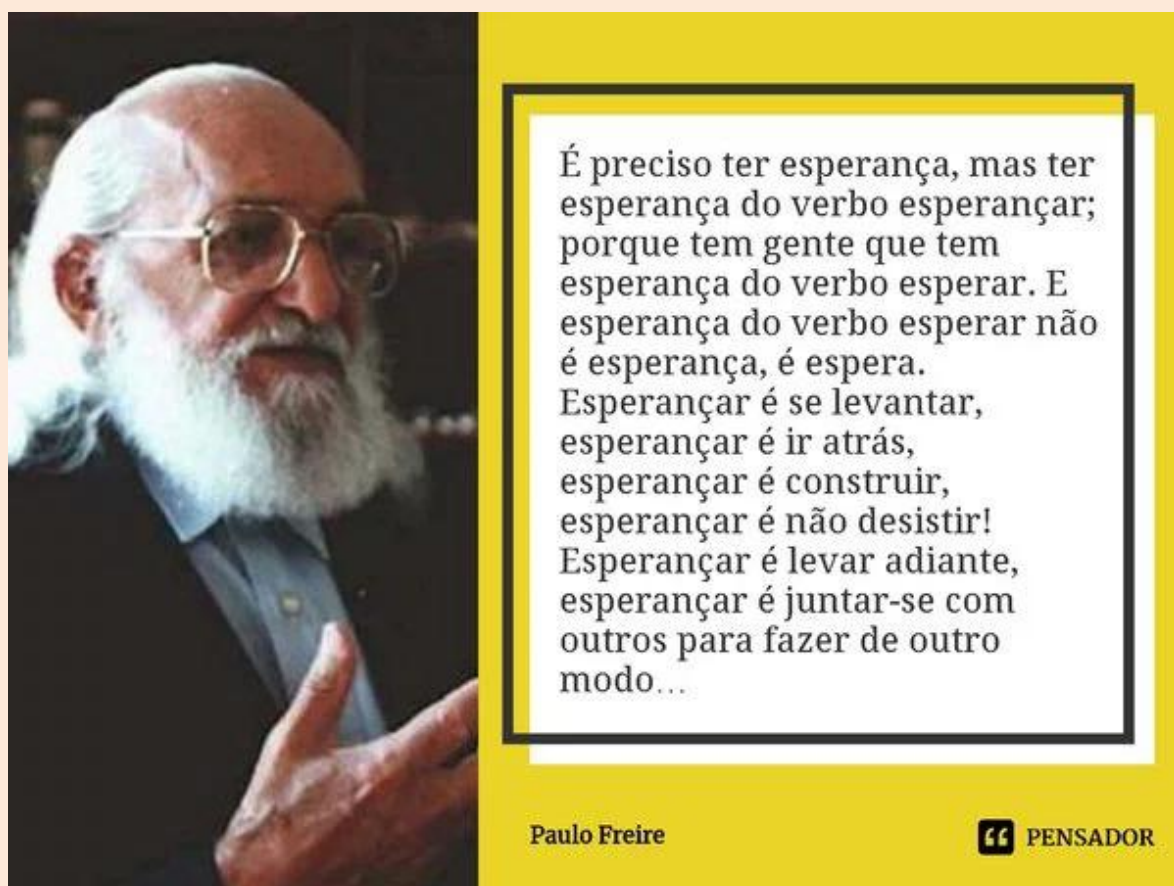


Figura 2 – Paulo Freire. Fonte: <https://www.pensador.com/>

Precisamos estar cada vez mais unidos, ativos e presentes. Mares revoltos demandam extrema atenção e esperança de que é possível atravessá-lo. A inconformidade, indignação, é também uma forma de não temer, e reafirmar a importância desta política. Acreditar que é possível mudar, atravessar, romper ao meio as diferentes “resistências” para as travessias, atuar para que as periferias, homens e mulheres negros, crianças, jovens, adultos e idosos possam conviver e viver com dignidade, é uma forma ativa de ter esperança. Uma esperança situada no tempo histórico da ação, que carrega a tarefa de ser ao mesmo tempo firme e amorosa.

Uma esperança que compreende e assume o rigor de práticas já consolidadas no campo do SUAS e se move no desejo de radicalizá-las, de fazê-las práxis, educação que se quer problematizadora, como elemento norteador do processo educativo, processo de humanização do próprio Sistema e de seus sujeitos, para isto o SCFV é fundamental.

Considerando o papel da educação permanente no cotidiano da política pública, enquanto intervenção pedagógica que transforma o cotidiano de trabalho em espaço de aprendizado e transformação. Problematisando a realidade para organizar serviços e qualificar o atendimento.

Ao nos remetermos para desafios contemporâneos não estamos nos referindo essencialmente para desafios que poderiam ser considerados inéditos, mas reformulações ou intensificações de problemas antigos. Muitos deles ganham novas roupagens devido à velocidade da informação, tecnologia e globalização, mas, as raízes estruturais, permanecem semelhantes.

Dentre estes desafios, que resguardam incidências bastante precisas em relação à política pública de modo geral, e, do SCFV, de modo particular, podemos citar:

- ⇒ Os efeitos da desigualdade e isolamento social, problemas históricos e inerentes ao modelo de produção da sociedade capitalista, intensificadas atualmente, mas não constituindo pautas "novas";
- ⇒ As diferentes crises, sociais, econômicas e ambientais (como o racismo ambiental e climático);
- ⇒ Os desafios educacionais, e o lugar da escola e da educação no projeto de vida das diferentes gerações;
- ⇒ A polarização política, o conservadorismo e a despolitização da vida.

Estes são dilemas recorrentes que atravessam séculos, adaptando-se ao contexto tecnológico e político de cada era. E, como fica evidenciado, nenhum desses desafios são necessariamente novos, mas assumem perspectivas distintas em sua forma de manifestação no cotidiano. Precisamos colocá-los no “varal”.

Seguindo, como forma de tornar este texto o mais didático possível, considerando os objetivos propostos para este nosso último “ato”, vamos organizar os desafios a partir de cada um de seus campos, uma lista de apontamentos sobre a reflexão realizada sobre as ofertas do SCFV no Brasil, a partir da fotografia produzida em 2025. Cabe ressaltar que estes não são necessariamente desafios excludentes, ou “separados”, são orgânicos, se integram por vezes se confundem.

Vamos criando pequenos riachos para ao final fazer um exercício de confluência para **os desafios do SCFV nos 20 anos do SUAS e os caminhos para os próximos 10 anos**, sempre dentro dos margeamentos do que está previsto nas normativas e tipificação sobre o SCFV.



Figura 3 – Nego Bispo. Fonte Google.

A confluência, conceito central do pensamento de Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, é o encontro de vidas em movimento, uma alternativa à "coincidência" ou "conflito". Diferente de linhas retas que colidem, a confluência une saberes e corpos (como rios) sem que percam sua identidade, promovendo uma troca baseada na reciprocidade e na ancestralidade.

Para Nego Bispo os encontros não são acasos, mas confluências geradas pelo movimento de vidas que se cruzam. Nego Bispo destaca que "nem tudo que se ajunta se mistura", confluência é a lei da convivência e do compartilhamento, diferindo da transfluência, que foca na transformação. Em Nego Bispo a confluência é uma ferramenta para contracolonizar, unindo saberes quilombolas, indígenas e de outros povos tradicionais, apresentando elementos para o nosso aprendizado e ação. Para Bispo, "a vida não é reta, é roda".

Durante o tempo da pesquisa, a riqueza do que veio do campo foi tão impositiva, que olhar para a sua diversidade em perspectiva é um desafio. Como em outras pesquisas, neste, o campo chega à pesquisa e se impõe. Representa o universo da materialidade, ocasião em que foi possível

vivenciar o convívio a partir de processos que vem dando as feições e sotaques do SCFV de Norte a Sul do país.

Como forma de ***“colocar ao sol”*** os desafios do SCFV nos 20 anos do SUAS e propor exercícios de reflexão para os caminhos que devemos trilhar para os próximos 10 anos, apresentamos abaixo alguns apontamentos gerais, ***“margeados”*** a partir da pesquisa nacional realizada sobre os Centros, governamentais e não governamentais que executam o SCFV no Brasil:

1. Há em todo o país questões bastante sensíveis relacionadas à gestão do trabalho no SUAS, elas dizem respeito aos vínculos de trabalho, sobrecarga de responsabilidades, as condições de trabalho e a composição das equipes;

2. Uma das pautas sobre a qual teremos que nos debruçar é a das relações que serão estabelecidas entre SCFV e um cenário onde se ampliam as ofertas de educação integral para crianças e adolescentes;

3. Como já apontamos, é preciso se pensar estratégias de mobilização e permanência em relação aos adolescentes SCFV, a dificuldade durante a pesquisa foi apontada como algo relacionado às características dessa faixa etária, mas também em relação ao desinteresse no tipo de atividades que é ofertada no serviço;

4. Há uma disparidade muito grande entre o que é ofertado nos SCFV não governamentais e governamentais. A estrutura dos serviços governamentais se apresentou de forma muito limitada em relação às não governamentais, estamos nos referindo a infraestrutura física, equipamentos, materiais e equipe, e, também a percursos metodológicos;

5. Nas organizações não governamentais, há diferentes formas de captação de recursos, através editais das políticas, instituições, fundos diversos e campanhas locais. Esta captação tem um impacto, não apenas na viabilidade e continuidade das atividades desenvolvidas, na manutenção da sua equipe, do espaço, dos materiais de consumo, das demandas específicas das atividades desenvolvidas (exemplo: aquisição de material esportivo, dança, instrumentos, e outros insumos para realização das oficinas), mas, também, na diversidade daquilo que pode ser ofertado;

6. É preciso se atentar para questões relacionadas a periodicidade e duração das atividades ofertadas nas ofertas governamentais e não governamentais. Se compreende que a periodicidade e duração está muito mais relacionada ao fato de as equipes serem mínimas e estarem sobrecarregadas, do que ao que seria efetivamente uma demanda ou necessidade em relação a oferta de serviço. Nesse sentido, é importante considerar esse fato seja para refletir se o modelo mais adequado. Se seria este, de aproximadamente 4 horas semanais, muito presente nos CRAS, ou o modelo diário, que em alguma medida acontece em uma perspectiva próxima ao que era compreendido como contra turno, muito presente na

A atuação das OSCs, ou, ainda, se o ideal seria ter a capacidade de analisar a dinâmica dos territórios, dos usuários e das suas famílias para ter a possibilidade de modelos híbridos em relação a essa oferta, assim como horários flexíveis e possibilidades de realização de atividades nos finais de semana;

7. A questão da alimentação no SCFV se mostrou essencial para garantir o seu funcionamento, tanto à presença e participação dos/as usuários/as, quanto à vinculação. Essa alimentação deve estar vinculada de forma imediata e coerente com previsto na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A integração de um equipamento de SAN em uma das unidades, fornecendo a alimentação para os SCFV do município, foi uma aposta bastante interessante e acaba por apontar para as dimensões pedagógicas e educativas em relação a esta dimensão. **É preciso que o SCFV também seja uma porta de entrada para a garantia do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada nos territórios, haja vista que maioria dos/as usuários/as estão em condição de vulnerabilidade e possivelmente em situação de Insegurança Alimentar;**

8. É preciso aprofundar a questão dos parâmetros culturais e identitários das unidades. As experiências dos CRAS indígenas, com a composição mista das equipes, apontam para identificação daquilo que deve ser demanda para customização dos espaços das atividades, do cotidiano das unidades e o que devem ser considerados;

10. É preciso pensar um processo mais próximo; orgânico e pedagógico em relação às ofertas nos SCFV. Não dá para pensar a perspectiva de monitoramento e acompanhamento das

atividades só a partir dos fluxos de referência e contrarreferência, sob o risco de esvaziar a dimensão e potencial pedagógico da atuação do CRAS em relação aos territórios, aos usuários e a proposta do SCFV;

11. É preciso racializar e generificar os territórios e os/as usuários/as. Não dá para um serviço que se propõe a trabalhar a perspectiva do convívio, participação e protagonismo atuar (e lidar) de forma epidérmica (com debates alusivos às datas de calendário oficiais) em relação a essas questões. É preciso pensar processos em que os próprios trabalhadores se percebam como pessoas atravessadas por marcadores de identidade, de identificação, como homens, refletindo as questões de masculinidade, sexualidade, parentalidade; como mulheres, refletindo as dimensões associadas às opressões, sobrecarga dos trabalhos de cuidado. Quem acessa o SCFV são mulheres pretas, o contexto é periférico. Como temos lidado efetivamente com estas questões? Precisamos de um SUAS antirracista, antimachista, anticapacitista, entre outros aspectos;

12. É preciso atentar para as dimensões relacionadas a laicidade e espiritualidade em relação às políticas. Essa não é uma questão de resolução simples, porque, ainda que o Estado em sua atuação deva ser laico, ao promover as dimensões de convívio deve atentar para uma dimensão mais ampliada em relação à espiritualidade. Esta tem sido uma movimentação até mesmo em áreas mais duras. Mas como fazer isso? Sabemos que círculos de oração dentro do SCFV não são o caminho, as capelas nas unidades também não, mas dentro do que esse serviço deve promover como iremos lidar com as questões relacionadas a este universo, incorporando todas as dimensões constitutivas de ser e estar no mundo? *Esta não é uma questão de resposta fácil, do tipo dentro ou fora, há nuances e formas mais abrangentes e inovadoras de lidar com estas questões, talvez mais próximas dimensões cosmológicas, do nosso pertencimento no mundo, da vinculação com a natureza, com outras dimensões construtivas das nossas emoções e espiritualidade;*

13. O SUAS precisará compreender o seu lugar e papel em relação às demandas cada vez mais evidentes e demarcadas relacionadas a transtornos e condições associadas às crianças e adolescentes neurotípicos, ou em situação de sofrimento emocional e psíquico, e/ ou ainda, com alguma condição de suporte aumentada. Está posto que elas precisam ter o direito ao convívio garantido, está posto que elas não são um público específico da saúde e da educação, mas

também está posto que o SUAS ainda não sabe como lidar com esta equação, que combina sobrecarga, equipe reduzida e demanda de suporte que deve ser customizado adequado para efetivamente permitir que essas crianças e adolescentes não só participem do serviço, mas participem desse serviço de forma ativa e com protagonismo, com o que vem sendo denominado de “hospitalidade incondicional¹”;

14. É preciso refletir qual é o papel das gestões estaduais em relação ao SCFV. Em relação ao que foi vivido nas cinco regiões do Brasil, o que se percebe é uma relação que existe, mas é em alguma medida desvinculada em relação ao que acontece no chão das ofertas. Ainda que haja um esforço dos estados em relação a sistematizar o que chega enquanto demanda, principalmente a partir das gestões municipais, não é alcançado, necessariamente, o chão da oferta e do trabalho. Este ponto nos remete à perspectiva do papel da educação permanente. É preciso que estes processos não se deem em uma educação normativa e técnica, com papel mais alinhado à transposição de normas e resoluções. A experiência no campo da educação permanente revela que as condutas e atuações afastadas daquilo que está previsto e proposto, se aproximam mais de processos interpretativos, ambientais e emocionais do que do desconhecimento das normas;

15. É preciso se pensar um SCFV que garanta acesso aos usuários/as considerando a diversidade das diferentes expressões étnico-culturais no Brasil. Sobretudo em função da diversidade dos povos tradicionais: quilombolas, de terreiro, ciganos, pescadores/as, seringueiros/as, agricultores/as familiares entre outros, frente às suas demandas e especificidades, nos espaços rurais e urbanos;

16. O SCFV, sobretudo no âmbito do SUAS, precisa pensar e garantir estratégias concretas e eficazes para chegar mais perto e atender as demandas das populações rurais, ribeirinhas e outras, haja vista as precárias condições das estradas e deslocamentos pluviais;

17. Uma outra questão importante é a garantia do processo de fortalecimento do SCFV em relação às estratégias de governança no âmbito federal, estadual e municipal. Sobretudo no que diz respeito à garantia dos repasses de recursos, estabelecimento de fluxos

¹ A hospitalidade incondicional (ou absoluta) é um conceito ético desenvolvido pelo filósofo Jacques Derrida que propõe o acolhimento total e irrestrito do "outro" — o estrangeiro, o recém-chegado — sem pedir identificação, documentos, condições prévias ou esperar qualquer compensação.

organizacionais/institucionais eficientes, acompanhamento, monitoramento e avaliação do serviço.

Neste tempo histórico, em que se alia estrutura e conjuntura, entre os desafios postos à política, está à própria disputa em relação ao Estado, se vamos caminhar para um Estado mínimo ou para um Estado social. Um que economiza na política social, conforme a atual posição do Congresso, que segue firme na retirada de recursos da Assistência Social, transferindo recursos para Emendas Parlamentares, ou vamos caminhar para a construção das bases para uma politização da política, de educação popular para o exercício de uma cidadania efetiva.

Ao compararmos o contexto das Emendas Parlamentares e a perspectiva de um orçamento para a política pública, está o fato de que as Emendas podem ser desenhadas conforme os interesses. A defesa de um orçamento para esta política se relaciona à perspectiva de um Estado responsável, garantidor de direitos sociais, que se volta para a perspectiva de uma proteção universalizante.

Para propor soluções às questões levantadas, é necessário cruzar a gestão pública com a prática pedagógica e o financiamento. Abaixo, apresentamos possíveis encaminhamentos.

- **Concursos públicos e planos de carreira:** Reduzir a rotatividade e os vínculos precários por meio de concursos específicos para o SUAS, garantindo que as equipes de referência não sejam apenas "mínimas", mas compatíveis com o volume de atendimento:
- **Garantia e padronização de repasses financeiros:** Estabelecer uma referência de infraestrutura e materiais (kits pedagógicos, esportivos e de Tecnologias da Informação e Comunicação- TICs) para as unidades governamentais, compreendendo que o modelo utilizado em algumas Organizações pode ser uma referência para a diversidade de ofertas:
- **Desburocratização de processos que facilitem a captação de recursos:** Criar mecanismos municipais/estaduais que facilitem o acesso das unidades governamentais a fundos de projetos específicos, diminuindo a disparidade em relação às entidades não governamentais;
- **Investimento em metodologias para as demandas de diferentes faixas etárias:** adequação de atividades garantindo percursos que envolvem formações para além do fortalecimento do vínculo comunitário, de identidade territorial e valorização da cultura local, ou seja,

preparação para mundo do trabalho e ou geração de renda. Um exemplo pode ser direcionado para adolescentes para educação digital, empreendedorismo social e garantindo o protagonismo dos sujeitos na escolha das oficinas e atividades;

- **Protocolos diferenciados conforme o perfil dos/as sujeitos:** Implementar programas de formação continuada em parceria com a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) para que os/as trabalhadores/as do SCFV saibam acolher crianças e adolescentes neurodivergentes sem medicalizar a convivência, adaptando o ambiente físico e o tempo das atividades;
- **Modelos híbridos e flexíveis:** Implementar projetos-piloto de SCFV com horários estendidos (noite e fins de semana), adequando o serviço à dinâmica das famílias contemporâneas;
- **SAN como eixo central:** Formalizar o fornecimento de refeições completas no SCFV via Cozinhas Comunitárias ou Bancos de Alimentos, transformando a hora da refeição em um espaço de educação nutricional saudável, respeitando a cultura alimentar e garantindo o Direito Humano à Alimentação e Nutrição saudável, e não apenas "lanche" emergencial;
- **Logística para populações tradicionais:** Instituir o SCFV Itinerante (barcos e unidades móveis equipadas) para atender populações ribeirinhas, rurais, quilombolas, indígenas e outros povos, com cronogramas fixos que garantam a periodicidade sem exigir deslocamentos impossíveis dos/as usuários/as;
- **Educação permanente antirracista e de gênero:** Institucionalizar momentos de supervisão que obriguem o debate sobre marcadores sociais. O SCFV deve adotar um currículo decolonial que dialogue com as datas do calendário negro e indígena de forma orgânica, não apenas em datas comemorativas;
- **Laicidade e cosmovisões:** Substituir a influência religiosa institucional por práticas de *bem viver* coletivo, que abordem a espiritualidade através da conexão com a natureza, ancestralidade e práticas de cuidado coletivo que respeitem a diversidade de crenças e modos de vida;
- **Superar a lógica de emendas impositivas desarticuladas:** Propor que as emendas parlamentares destinadas ao SCFV sejam obrigatoriamente vinculadas ao Plano Municipal de Assistência Social, evitando que o recurso siga apenas interesses políticos momentâneos;

- **Supervisão pedagógica promotora de envolvimento:** substituir o modelo de "fiscalização de papéis" para o modelo de matriciamento sob a perspectiva dialógica de valorização do trabalho de todos os sujeitos envolvidos, onde supervisores estaduais e municipais participem de estudos de caso e vivências no chão da oferta.

Há dentre os desafios deste tempo histórico, 20 anos do SUAS, uma disputa entre o pensamento conservador, local da submissão de classe, gênero, raça, etnia e um que remete para a conclamação da organização das “massas” para a defesa desta política pública. Está em disputa a nossa compreensão sobre a sociedade, a partir de uma perspectiva étnico referenciada, sobre o papel desta política pública, na provisão de proteção social para pessoas de “carne e sangue”, sobre o papel desta política na defesa dos direitos difusos e coletivos.

Contudo, existe mais a ser dito, para além do que foi apontado aqui, há muito mais para se refletir e revelar sobre o que está aqui apresentado. Seguimos no fluxo de processos que diga sobre os SCFV e sobre outros futuros possíveis e desejados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Caderno de Orientações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf>.

_____. Ministério da Cidadania. **Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Brasília: MDS, 2022 (edição atualizada)

_____. **Caderno de Orientações Técnicas do SCFV Para Crianças de 0 a 6 Anos**. Brasília: Ministério da Cidadania, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2021. Disponível em:<<http://blog.mds.gov.br/redesuas/caderno--de-orientacoes-tecnicas-do-servico--de-convivencia-e-fortalecimento-para-criancas-de-0-a-6-anos/>>.

_____. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.